



ATA Nº 5/ 2024

da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia 27/09/2024

(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

1. Aos vinte e sete dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora, estando presentes os seguintes membros convocados: Maria Joaquina Filipe Salgueiro (Presidente da Assembleia Municipal), Carlos Alberto da Silveira Biléu (1.º Secretário), Arnaldo António Valdanta da Silva (2.º Secretário), António José Ameixeira Vitorino, João Carlos Durão Lopes Saraiva, António Manuel Matos Salgueiro, José Manuel Ribeiro Pinto, António Alberto Nunes Vitorino, João Aleixo Rodrigues de Carvalho, Ana Paula Beja da Cruz Matos, João Manuel Marques Coelho, Miguel Filipe Chuço Maia, Floripes da Conceição Sousa Laurindo, Clemente Martinho Medeiros, Custódia Maria Casanova, Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos e Anabela de Matos Aleixo.
2. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: a Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, o Sr. Vice-Presidente, António Ferreira, e os Srs. Vereadores Hugo Carreiras e Luís Pedro Branco.
3. Na sequência da sua convocação para a presente sessão, apresentou a renúncia de mandato a membro Catarina Gato Vieira da Silva.
Após a convocação para a presente sessão a membro Ana Maria Prates Ramalho Aniceto apresentou justificação para a sua ausência e o membro Fábio Alexandre Bicho Coelho pediu a sua substituição.

PERIODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

4. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o público presente se pretendia intervir, registando-se algumas intervenções.
5. O munícipe **Fernando Prates** fez uma observação em relação ao sistema de abastecimento de água do Concelho. Sugeriu que seja feito um levantamento exaustivo da situação, e que se definam intervenções que resolvam as situações anómalas. Levantou também a questão relativa às águas excedentes, as quais na



sua opinião, deveriam ser conduzidas de forma diferente. Deixando algumas sugestões de intervenções para minimizar o problema. A última questão deixada pelo município diz respeito às águas das fontes existentes no concelho, as quais, acha, deveriam ser reaproveitadas.

6. A **Presidente de Câmara** cumprimentou todos os presentes e informou que existe orçamento no plano de ação da CIMAC, no valor de um milhão de euros, para se iniciar a resolução de questões que sejam prioritárias, no que diz respeito ao abastecimento de água.

Em relação ao escoamento das águas pluviais, que tem estado na origem de alguns problemas, a Presidente da Câmara Municipal esclareceu, que está em cima da mesa a substituição de todas as manilhas condutoras, sendo que as que estão colocadas não têm um diâmetro que satisfaça o nível de água recolhido. Pretende, desta forma resolver o problema tão breve quanto possível.

Relativamente ao reaproveitamento das águas com origem nas fontes, a Presidente referiu ainda que durante este mandato irá ser construído um depósito para fazer o aproveitamento de uma das fontes no concelho, que corre água vinte e quatro horas por dia, reconhece que não é suficiente, face à quantidade de água que está disponível nestes meios, mas será um primeiro passo para se trabalhar nesta questão.

7. O **eleito João Saraiva (CDU)** assinalou que os materiais das condutas deveriam ir sendo atualizados com materiais mais recentes, o que poderá ser feito sempre que ocorram ruturas. Saliou que a CDU apresentou uma proposta para um estudo, que permitisse um levantamento das fontes elegíveis de aproveitamento de águas, tratando-se de uma prioridade, face às carências que poderão vir a surgir. Relembrou que no concelho existe a maior reserva de água do país, situada nas Albardas, onde existe atualmente um furo de captação de água para consumo. Acrescentou que não sabe se será suficiente, e para tal é imperativo analisar a situação e perceber a eventualidade de explorar outros recursos e fazer o devido investimento.

Refere que a sua preocupação incide principalmente no tratamento das águas, em questões ambientais e que deve ter uma atenção redobrada no concelho.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

8. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou os grupos Municipais se pretendiam apresentar alguma intervenção, sugerindo que estas se façam alternadamente.
9. A **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **1.º Secretário Carlos Biléu** que cumprimentou todos os presentes e pediu esclarecimentos à Presidente da Câmara Municipal sobre a enorme redução do saldo orçamental no período



entre setembro de 2023 (4.751.078,48) e Setembro de 2024 (3.118.132,72). Referiu que deverá haver motivos que justifiquem a diminuição de 1.632.943,76 euros, contudo a grandeza deste número obriga a que sejam prestados esclarecimentos aos membros desta Assembleia. Outro ponto levantado para esclarecimento diz respeito aos custos que a Autarquia teve com dois eventos, o ToMoraland e a Expomora, sobre os quais sugeriu que sejam feitas as devidas explicações aos deputados municipais até à próxima Sessão de Assembleia Municipal.

10. A **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra à Presidente da Assembleia Municipal para esclarecer que o saldo da Autarquia não é estanque, pode oscilar consoante a execução das rubricas e tem estado disponível para melhorar a condição e vida dos munícipes e prestar os serviços necessários. Os valores gastos têm sido levados às reuniões de Câmara onde se esclarecem todos os gastos, desde contratações públicas, a pagamentos. Passando a enumerar alguns desses investimentos feitos no erário público, referindo a excelente execução orçamental, nas rubricas da construção e requalificações de edifícios. Destacando a Obra do CACI, empreitadas como é o caso da Oficina da Criança, da climatização da Piscina Municipal, a reparação de edifícios municipais, os elevadores nas escolas. A Autarquia conta com setecentos e oitenta e cinco mil euros em verba executada, e tem um aumento com o mapa de pessoal, que está relacionado com a valorização salarial dos funcionários, num valor aproximado de setecentos mil euros, esclareceu.

Foram dados apoios ao associativismo para fazer face a despesas de grandes valores, nomeadamente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário de Mora para a aquisição do veículo de desencarceramento e de uma ambulância, ao Clube de Padel de Mora para fazer face às despesas com a cobertura do campo, à CheMorense para apoiar obras realizadas no Estádio Municipal e o apoio dado à igreja Paroquial de Brotas para assegurar as pinturas e manutenções necessárias. Em relação aos últimos valores gastos nos dois eventos, a Presidente irá esclarecer na próxima reunião.

11. A **Presidente da Assembleia Municipal** deu novamente a palavra ao **1.º Secretário Carlos Biléu** que esclareceu que na intervenção proferida referiu que estariam certos de que haveria motivos que justificariam a diminuição do valor, não tendo sido mencionada qualquer tipo de despesa de alguma natureza.
12. A **Presidente da Câmara** acrescentou que os munícipes devem ser esclarecidos em relação aos valores gastos até então.
13. O eleito **João Saraiva (CDU)** referiu que este executivo não está a fazer a obra de que fala, sendo que a obra que está a ser feita, eram projetos que vinham de trás. Salientou que a obra que este executivo está a fazer ainda não terminou e ainda não foi inaugurada. Acrescentou que nada tem a ver com o estilo de gestão que é feita pelo executivo em funções e relembra que nos seus mandatos nunca fez um despacho, referindo que os assuntos eram discutidos entre todos os eleitos e não com despachos, que só limitam a troca de ideias. Finalizou, referindo que está



desolado com a forma como este mandato está ser orientado, esperando que quem vier a seguir possa fazer melhor.

14. A eleita **Ana Paula (PS)**, cumprimentou todos os presentes e passou a ler um voto de louvor a todos os bombeiros voluntários, em especial ao corpo de Bombeiros de Mora. (documento que se anexa à presente ata – anexo 18/2024). Sugerindo ainda que se fizesse um minuto de silêncio em memória das vítimas nos incêndios.
15. A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação o presente voto de louvor, o qual foi **aprovado por unanimidade**.
16. O eleito **José Pinto (CDU)** cumprimentou todos os presentes e começou por referir que o atual executivo revela falta de estratégia, insuficiência e incapacidade de gerir de forma rigorosa, transparente e financeiramente sustentável os dinheiros públicos. Deixando cair pilares importantes como a saúde, o investimento e turismo e apostando fortemente na propaganda, no marketing e informação pouco objetiva.
Denunciou o excessivo investimento em festas, sem se conhecer o verdadeiro retorno para a economia do concelho e para a população.
Apontou a falta de obra, referindo que as poucas de relevo que foram inauguradas por este executivo vêm do mandato anterior, tendo por isso a assinatura da CDU. Relembrou ainda que por teimosia e leviandade do PS não se tem já disponível a Oficina da Criança ao serviço das crianças e dos pais, com todas as condições que a atual escolha do PS não permite. Sendo que este executivo desprezou os interesses dos beneficiários do espaço e decidiu gastar de mais de uma centena de milhares de euros de dinheiros públicos.
Referiu a entrada de novos trabalhadores, que não se traduz num melhor serviço prestado à população. Deixando o pedido à Presidente da Câmara Municipal para que apresente a lista de todos os novos trabalhadores admitidos. Referiu ainda, que a grande preocupação deste executivo foi multiplicar chefias de forma exagerada em termos de gestão de pessoal e financeiro, refletindo-se um crescimento exponencial da massa salarial, em cerca de um milhão e meio de euros a mais, o que, na sua opinião, asfixiará completamente o orçamento, deixando a Câmara sem margem financeira para qualquer tipo de investimento.
O eleito alertou ainda para a quantidade de pequenas intervenções, que poderiam ser executadas pelos trabalhadores da Autarquia, mas que são atribuídas ao setor privado, aumentando a despesas com estas obras.
O uso abusivo que o executivo PS faz dos despachos foi outro ponto que o eleito denunciou, sendo esta uma medida pouco transparente e não permitindo que os vereadores da CDU possam dar a sua opinião.
Apresentou ainda algumas preocupações não só com a saída de membros que integraram os órgãos autárquicos, como também com a falta de execução de algumas das medidas apresentadas no programa eleitoral PS, nomeadamente em áreas como a saúde, o emprego, o empreendedorismo, o turismo, deixando algumas questões.
O eleito alertou ainda o executivo PS para o facto de não terem sido cumpridos os compromissos assumidos com a CDU, no que diz respeito ao Loteamento



Municipal de Mora e à conclusão das obras da travessia da Quinta da Laranjinha, em Cabeção. Relembrando que *“caso as propostas feitas em 2021, 2022 e 2023 não sejam concretizadas ou não estejam em fase adiantada de execução, a CDU reserva-se o direito de não aprovar nem o Orçamento nem o Plano de Atividades para 2025”*, responsabilizando, desta forma, o executivo municipal pela eventual não aprovação do orçamento.

Finalizou a sua intervenção com duas questões à Presidente da Câmara Municipal; que seja facultada a lista nominal de todos os trabalhadores (incluindo recibos verdes) à data de Setembro de 2021 e Setembro de 2024, e o número de alunos inscritos no ano-letivo 2023/24 e 2024/25.

17. **A Presidente de Camara** pediu a palavra para esclarecer sobre as questões que foram levantadas pelo eleito da CDU e começou por referir que a proposta acordada com a CDU para o aumento do valor base do Cartão Municipal do Idoso ser fixado nos quinhentos e cinquenta euros, consta já em regulamento municipal e irá ser apresentado nesta reunião para votação, acrescentando que este também era um objetivo do presente executivo.

Passou a informar em que momento do processo se encontra cada intervenção e ação do executivo municipal: Relativamente ao tratamento, inventariação e catalogação e disponibilização da Antiga Biblioteca da Torre do Relógio, o procedimento encontra-se a decorrer, em parceria com a Biblioteca Pública de Évora, através da Bibliotecária e Diretora Zélia Parreira, que demonstrou total interesse em colaborar com o executivo a título voluntário para realizar este trabalho. A Câmara Municipal neste procedimento apenas terá que suportar os custos com as deslocações e refeições. Ainda dentro do mesmo assunto, a Presidente do Município refere que a intervenção do executivo vai além da proposta apresentada pela CDU e propõem abrir ao público uma Biblioteca Municipal com exemplares atuais e atrativos.

Em relação às infraestruturas do Loteamento Municipal de Mora, a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o processo de negociação do terreno de passagem tem sido moroso, no entanto, chegaram a um entendimento com os proprietários, que em troca de lotes de terreno, cedem os cerca de setecentos metros quadrados necessários a esta infraestrutura. A documentação foi já assinada por todos os interessados para se dar início aos primeiros trabalhos. Os serviços municipais encontram-se a analisar os projetos existentes e poder-se-á fazer algumas alterações para se avançar com a primeira fase do loteamento, disponibilizando onze lotes. No entanto, deixa um alerta para o facto deste terreno, adquirido pelo executivo anterior apresentar um declive demasiado acentuado, o que não só encarece a construção e as infraestruturas, bem como, invalida o aproveitamento dos últimos lotes para construção, justificando, assim, a disponibilização dos onze lotes e não doze, como se previa inicialmente.

Relativamente ao estudo hidrológico das reservas de água, uma questão levantada na última Sessão da Assembleia Municipal, a Presidente referiu que tem na sua posse três orçamentos, que vão desde os cinco mil e setecentos euros aos dezasseis mil duzentos e setenta e sete euros, o que implica uma revisão orçamental. Sendo que o valor reservado para esta ação seria apenas de cinco mil euros, prevendo



que no final de outubro este trabalho já se encontra adjudicado, cumprindo desta forma, o compromisso assumido com a CDU.

Relativamente à ligação da Quinta da Laranjinha à Rua 1º de Dezembro em Cabeção, uma proposta também apresentada pela CDU, a Presidente da Câmara, informa que existe já um levantamento topográfico; foi elaborado o projeto de empreitada e a consulta prévia, no entanto, o valor base fornecido pelos técnicos ficou abaixo dos orçamentos apresentados. O que implica, igualmente, uma alteração orçamental para fazer face a esta intervenção. Relembrou que esta tinha sido uma proposta anteriormente feita pela CDU, no entanto, quando o executivo PS assumiu funções nada tinha sido feito, comprometendo-se a dar uma resposta o mais rápido possível.

A Presidente da Câmara Municipal atualizou o procedimento da Recuperação e Implementação do Projeto de Criação de Espaço Museográfico, junto à igreja de Nossa Senhora de Brotas, o qual terá como objetivo valorizar as profissões antigas, referindo que depois da visita ao espaço com o técnico, ficou a saber que a intervenção na casa não passa apenas pela sala dedicada ao Museu, mas por toda a zona envolvente, o que vai ultrapassar em muito o valor definido inicialmente para a intervenção. Propõe a Presidente da Câmara reunir com a Comissão Concelhia da CDU para analisarem a situação e eventualmente avaliar a possibilidade de encontrar um outro espaço que dê uma resposta efetiva ao que se pretende fazer.

Relativamente aos custos reais da Oficina da Criança, solicitados na última reunião, a Presidente esclareceu, que estão requisitados novecentos e oito mil duzentos e dezassete euros e cinco cêntimos; o valor contempla os projetos, a empreitada e o acordo com o anterior empreiteiro. Referiu que o executivo discorda, quando o eleito José Pinto menciona que ao valor da obra deverão ser adicionados os custos com a Casa das Associações, sendo que o espaço dedicado ao associativismo de Mora não tinha condições para tal, mostrando imagens que o provam. E defendeu que se deve dar a devida dignidade às associações e daí a proposta deste executivo a construção de um novo espaço para o efeito. Resumiu, referindo que mesmo contabilizando o valor investido na obra da Casa das Associações, o valor consumido até ao momento é de um milhão e sessenta e dois mil euros e cinquenta e oito cêntimos. Esclareceu ainda, que o custo com a Oficina da Criança, da responsabilidade do anterior executivo, com a mesma fase de execução contratual, apresenta um custo superior à Oficina da Criança, da responsabilidade do presente executivo, mesmo contabilizando os custos da Casa das Associações, superior a meio milhão de euros.

Acrescentou ainda, que foi aprovado o plano de ação da CIMAC na verba para financiamento da Oficina da Criança, estando apenas a aguardar a abertura de avisos para a verba ser canalizada. Demonstrou-se disponível para apresentar os valores finais do custo da obra, quando esta finalizar.

Referiu que o atual executivo deparou-se com uma incongruência nas medidas do terreno, onde o anterior executivo pretendia construir a Oficina da Criança, acrescentou que a construção da Casa das Associações não traz qualquer tipo de problema, mas acredita que para a construção da Oficina pudesse gerar problemas. Finalizou referindo que as técnicas não foram consultadas no anterior projeto, o mesmo não aconteceu com o atual, onde na opinião das mesmas, esta seria a localização ideal para a valência.



Em relação à saúde, a Presidente da Câmara esclareceu que foi constituída uma equipa informal de trabalho, que está a trabalhar para dar uma resposta a este problema, que é transversal ao país e que é da responsabilidade do Governo. Mas na opinião do executivo, cabe também à autarquia trabalhar e dar uma resposta a esta situação.

Na sequência das reuniões, segundo explicou, surgiu um procedimento de regulamento de fixação de médicos no Concelho; pretende este documento atribuir incentivos aos médicos que tencionem fixarem-se em Mora. Este documento será levado ao órgão executivo, para posterior consulta prévia, o qual será depois trazido à Assembleia para votação. Esclareceu que irá reunir com um médico de medicina geral e familiar que tenciona conhecer os apoios da Autarquia, com o objetivo de se fixar e laborar no Concelho.

Informou que a CIMAC, está a preparar um regulamento conjunto para fixação de médicos, trata-se de um processo demorado que não está a dar resposta, e daí a Câmara Municipal avançar com um regulamento para tentar encontrar uma solução, no entanto, referiu que quando a CIMAC finalizar o procedimento, irá assumir igualmente esse documento.

Ainda na área da saúde, a Presidente acrescentou que tem plena noção de que esta é uma responsabilidade do Governo, no entanto, entende que não deve ficar à espera que este encontre resoluções para que os munícipes possam ter o direito e acesso à saúde.

18. O eleito **João Saraiva (CDU)** questionou a Presidente da Mesa da Assembleia sobre o tempo que é destinado aos membros do executivo, a qual lhe respondeu que perante uma intervenção extensa, seria de esperar uma resposta extensa.

19. O eleito **José Pinto (CDU)** salientou que teve o cuidado de preparar uma intervenção breve e concisa de não mais que cinco ou seis minutos, como se prevê no Regimento da Assembleia Municipal. Na sua opinião, a Presidente da Câmara Municipal pronunciou-se sobre muitos assuntos, mas não respondeu ao principal, o assumir de facto a conclusão de todas as propostas apresentadas pela CDU, até ao final deste ano.

20. A eleita **Floripes Laurindo (PS)** cumprimentou todos os presentes e apresentou um voto de louvor à organização dos eventos de verão, nomeadamente das associações, juntas de freguesia e Câmara Municipal de Mora e ao trabalho, empenho e dedicação dos funcionários que contribuíram para a sua realização. (documento que se anexa à presente ata – anexo 19/2024).
A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação o presente voto de louvor, o qual foi **aprovado com unanimidade**.

21. O eleito **António Vitorino (CDU)** cumprimentou todos os presentes e referiu que se preocupa com uma série de situações em Brotas, nomeadamente a conduta da água canalizada para o depósito, a qual foi intervencionada com novos materiais até à entrada de Brotas, faltando concluir o restante percurso até ao depósito. Relembrou que recentemente houve uma rutura nessa zona não intervencionada, e



que o acesso foi bastante difícil devido não só à profundidade a que as condutas se encontram, mas também por atravessar terrenos privados. Solicitou uma atenção especial para esta intervenção, que na sua opinião é urgente.

Outro assunto que o preocupa diz respeito ao funcionamento das ETAR's do concelho. Lamentou que atualmente os resíduos sejam despejados nas ribeiras do concelho sem serem devidamente tratados. Questiona a Presidente da Câmara Municipal se tem algum esclarecimento a dar relativamente a esta situação.

22. A **Presidente de Camara** pediu a palavra para esclarecer sobre as questões que foram levantadas pelo eleito da CDU, e referiu que o executivo irá dar seguimento a todo o processo de forma a concluir a intervenção, que considera importante, no troço da conduta que está em falta. Em relação às ETAR's, a Presidente refere que depois de alguns pequenos ajustes, estão a trabalhar normalmente, no entanto, estão a ser feitas intervenções em cada uma delas. Terminou garantindo que fará chegar a todos os eleitos, por escrito, um esclarecimento de como estão a funcionar as ETAR's, depois da finalização das referidas intervenções.

23. O eleito **Miguel Maia (PS)** cumprimentou todos os presentes e apresentou um voto de louvor ao Grupo Desportivo de Pavia, desde treinadores, à direção e aos atletas, pelos excelentes resultados nacionais e regionais. O voto de louvor foi estendido também à Escola Municipal de Natação, aos treinadores e atletas pelos pódios alcançados a nível regional.

Finalizou deixando um agradecimento ao atleta do Grupo Desportivo de Pavia, Martim Prates, pela conquista do título de campeão nacional dos 800 metros, o que permitiu a representação das cores da bandeira nacional no Campeonato da Europa em Sub-18. (documento que se anexa à presente ata – anexo 20/2024).

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação o presente voto de louvor, o qual foi **aprovado com unanimidade**.

24. **Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 27 de junho de 2024**

25. Foi **aprovada por unanimidade**, a **Ata nº 4/2024**, referente à Sessão realizada no dia 27 de junho de 2024.

26. **Apresentação da Ordem do Dia da Presente Sessão**

27. Foi **aprovada por unanimidade**, a **Ordem do Dia** da presente Sessão da Assembleia Municipal.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

28. **Ponto Um – Abertura do Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 4.º grau e designação da composição do respetivo júri (Unidade de Desenvolvimento Económico e Turismo).**



29. A **Presidente da Camara Municipal** pediu a palavra à Presidente da Assembleia Municipal, que explicou que os dois primeiros pontos são idênticos, questionando se podem ser votados em conjunto.
30. A **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu referindo que se iria proceder à votação individual dos pontos.
31. A **Presidente da Camara Municipal** esclareceu que este concurso trata-se de um cargo de Direção Intermédia de 4.º grau, passando a enunciar os elementos do júri.
32. O eleito **José Pinto (CDU)** questionou se estavam perante a aprovação do Procedimento concursal ou do júri, porque são assuntos diferentes.
33. A **Presidente da Camara Municipal** esclareceu que estavam os dois assuntos à votação, a abertura do procedimento e a aprovação do júri.
34. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Ponto 1, tendo sido **deliberado**, por maioria **reprovar** com 10 votos contra (CDU) e 7 votos a favor (PS), a **Abertura do Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 4.º grau e designação da composição do respetivo júri (Unidade de Desenvolvimento Económico e Turismo)**.
35. **Ponto Dois - Abertura do Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau e designação da composição do respetivo júri.**
36. A **Presidente da Camara Municipal** esclareceu que este procedimento concursal diz respeito a um lugar que está vago desde a aposentação do chefe de divisão, e o que se apresenta é a votação do concurso e a composição do júri.
37. O eleito **António Ameixeira Vitorino (CDU)** cumprimentou os presentes e alertou a Presidente a Câmara Municipal para o excesso de cargos de chefias em detrimento do setor operacional, segundo referiu, se assim continuar os dirigentes serão muitos, mas sem ninguém para dirigir. Relembrou o que o Vereador Hugo Carreiras referiu relativamente ao mapa de pessoal, em reunião ordinária de Câmara de dia 25 de julho de 2024, passando a citar *"não irei aceitar mais o esvaziamento que está a ser feito à parte operacional, cada vez menos trabalhadores no setor das vias, na limpeza urbana e a previsível extinção da construção civil"*. A situação é preocupante e só assim se compreende o recurso ao setor privado para execução de trabalhos que sempre foram feitos pelos trabalhadores da Câmara, cuja qualidade em nada fica a dever à do setor privado.
38. A **Presidente da Camara Municipal** pediu a palavra para esclarecer que este é um lugar que está em aberto desde a aposentação do chefe de divisão. Acrescentou ainda que na próxima sessão da Assembleia Municipal irá prestar esclarecimentos relativamente ao aumento de lugares que o eleito da CDU aponta, referindo que poderá provar que o mesmo não corresponde à realidade.
39. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2, tendo sido **deliberado** aprovar por maioria com 10 abstenções (CDU) e 7 votos a favor (PS) **Abertura do Procedimento Concursal para Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau e designação da composição do respetivo júri.**
40. **Ponto Três - Projeto de Regulamento Programa - Concelho para o Voluntariado.**
41. A **Presidente de Camara Municipal** pediu a palavra para informar que este regulamento deveria ser implementado no concelho, porque é um mecanismo que



permite a participação cívica e solidária dos cidadãos e garante um interesse por parte da comunidade. Reconhecendo o valor do voluntariado como um meio fundamental para o exercício de uma cidadania ativa.

42. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3, tendo sido **deliberado** aprovar por **unanimidade** o Projeto de **Regulamento Programa - Concelho para o Voluntariado**.
43. **Ponto Quatro - Projeto de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso.**
44. A **Presidente de Câmara** explicou que este projeto contempla a alteração do valor base para acesso ao Cartão Municipal do Idoso, passando agora para os quinhentos e cinquenta euros, de acordo com proposta da CDU e intenção do executivo. E o apoio aos materiais de construção, fixado anteriormente nos trezentos euros passa para os quinhentos euros, entre outras regalias que possam vir a fazer face às necessidades dos mais idosos.
45. A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra para se congratular com o facto da proposta da CDU ter sido aceite, ao contrário de outras que até agora não tiveram grande desenvolvimento. Referiu que estão satisfeitos por haver mais benefícios atribuídos a uma faixa etária da população, que é maioritária neste concelho. Finalizou destacando o papel da CDU junto dos mais idosos e dos mais jovens, na defesa dos seus direitos e interesses.
46. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3, tendo sido **deliberado** aprovar por **unanimidade** Projeto de **Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso**.
47. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do **Ponto Cinco - Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº.2 do artigo 25 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro**.
48. A **Presidente de Câmara** explicou que este é um relatório de atividades feito habitualmente. Referiu que ao longo destes meses as ações concentraram-se nas áreas que acham fundamentais para o progresso do concelho. No urbanismo preveem intervenções e melhorias nos equipamentos existentes, nomeadamente requalificação da antiga escola primária, conclusão da empreitada da instalação das plataformas elevatórias nos edifícios da Escola, iniciaram a reabilitação da antiga escola primária Luís Silvério, a requalificação da climatização dos Paços do Concelho, a conclusão da empreitada de reparação dos danos provocados pelas cheias e inundações, na estrada 501-EM, o fornecimento e montagem de vãos envidraçados nos balneários do Campo de Futebol de Cabeção, a abertura de procedimento para a empreitada da requalificação da travessia da Quinta da Laranjinha, a realização de pequenas obras nas escolas, para garantir a qualidade dos espaços às crianças. Na área cultural, a Presidente esclareceu que apostaram numa programação diversificada, destacando a novidade de aulas de violoncelo e piano, realização do espetáculo de encerramento da Escola de Música, que contou com um aumento de alunos, o Festival Musica no Rio, o Tomoroland, estes dois últimos, acrescenta que trouxeram muitas pessoas ao concelho e dinamizaram a vida comunitária. Na educação, para além do apoio às escolas, foram promovidas iniciativas que visaram proporcionar às crianças e jovens, as melhores condições



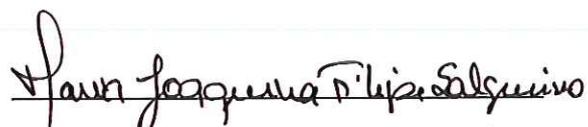
para o seu desenvolvimento escolar e profissional. Informou ainda que a Câmara Municipal promoveu OTL onde receberam 130 crianças, referindo que foi o maior número de sempre. Ainda na área da educação, refere que na pausa letiva foram feitas intervenções na Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar, com o objetivo de criar 3 salas de pré-escolar, para dar resposta a cerca de 57 crianças. Ainda na mesma área estão a terminar a candidatura ao programa de sucesso escolar. Em relação à área ambiental, referiu que estão a dar respostas no que diz respeito à preservação ambiental, justificando com a inscrição de vinte e dois jovens, no programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas, que fizeram um trabalho de sensibilização, e limpeza.

Finalizou referindo que este período foi marcado por avanços em várias áreas que acham cruciais para o desenvolvimento do Município.

49. **A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** aproveitou o momento antes da votação do último ponto para explicar que a técnica Patrícia finalizou funções de secretariado da Assembleia Municipal, agradecendo o seu empenho e dedicação a um trabalho, muitas vezes nada fácil. Aproveitou para dar as boas vindas à técnica Sónia, que passará a fazer o acompanhamento das sessões da Assembleia.

50. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada** por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 23 horas e 15 minutos, do dia 27 de setembro de 2024.

51. A Ata nº 5/2024 foi *aprovada*, na Sessão da Assembleia Municipal realizada em *13/12/2024*, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Sónia Condeço, que a redigi e subscrevo.


(Presidente da Assembleia Municipal)


(Primeiro Secretário)


(Segundo Secretário)





(Redator)

Voto de Agradecimento a Todos os Bombeiros Voluntários, particularmente ao Corpo de Bombeiros de Mora

Infelizmente vivemos dias muito difíceis em todo o Território Continental, consequência de uma dura e complexa frente de incêndios que lavraram, especialmente no Centro e Norte do nosso País e que infelizmente colheram a vida de algumas pessoas, incluindo bombeiros.

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal gostaria de expressar o seu profundo e sincero agradecimento a todos os Corpos de Bombeiros do nosso País, que estiveram na linha da frente no combate aos incêndios que assolaram o norte e centro do país, arriscando a suas vidas para ajudar e salvar quem necessitava, sempre com bravura.

Tal ato heróico deve ser merecedor de enorme reconhecimento e agradecimento por todos nós.

Mas gostaríamos de agradecer de uma forma especial ao Corpo de Bombeiro de Mora, pelo seu trabalho incansável e heróico no combate aos incêndios. A vossa coragem, dedicação e sacrifício em prol da proteção dos portugueses e de todo o território continental é digna do maior respeito e admiração, pois nunca hesitam em responder ao apelo do dever voluntário.

Gostaríamos também de deixar uma palavra de reconhecimento e apreço às famílias dos nossos bombeiros. Sabemos que viveram e vivem momentos de angústia e incerteza enquanto aguardam pelo seu tão esperado regresso.

De igual forma, gostaríamos de agradecer à GNR. Também eles estiveram presentes e auxiliaram quem carecia de ajuda.

Por fim, expressar os sinceros sentimentos às famílias de todos os que infelizmente perderam a vida nos incêndios.

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal

Mora, 27 de Setembro e 2024

VOTO DE LOUVOR

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mora querem manifestar o seu enorme agrado pela forma como decorreram os eventos de Verão, organizados pelas Associações, Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal, cujo expoente máximo se concretizou na ExpoMora 2024.

A brilhante organização de tais eventos tem sido unânime e publicamente reconhecida tanto pela população, como pelos participantes e artistas convidados.

Os referidos eventos pautaram-se, como se disse, por assentarem numa organização de grande qualidade, acompanhada de uma apurada e cuidada programação, o que fez de todos eles um enorme êxito popular.

Tal êxito e adesão popular aos mesmos justificaram, plenamente, a sua realização.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mora agradecem às Juntas de Freguesia e a todas as Associações do nosso Concelho, sem exceção, pelo trabalho, empenho em dinamizar e manter vivas as nossas tradições.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mora reconhecem que tal só foi possível devido ao profissionalismo, competência, dedicação, brio profissional e amor à causa pública dos trabalhadores e colaboradores da autarquia, que participaram na conceção, organização, planeamento e execução dos referidos eventos.

Por tais motivos os eleitos do Partido Socialista propõem que seja aprovado pela Assembleia Municipal de Mora, um voto de louvor a todos os trabalhadores e colaboradores da autarquia, que participaram na conceção, organização, planeamento e execução dos identificados eventos.

Quando todos queremos, fazemos acontecer!

O nosso obrigado a todos

Mora, 27 de setembro de 2024

Voto de Louvor

A bancada do Partido Socialista, gostaria de dar mais uma vez os Parabéns ao Grupo Desportivo de Pavia, na pessoa dos treinadores e atletas, por todo o seu trabalho e consequentemente pelos seus ótimos resultados, destacamos os títulos de Vice-Campeão Nacional de Pentatlo, alcançado pelo atleta Rui Martins, Vice-Campeões Nacionais de estafetas, conquistado pelos atletas Telmo Piado, Martim Prates, Thiago Vieira e Guilherme Miguens, e ainda Vice-Campeões nas equipas de juniores e na equipa de absolutos nos Campeonatos Regionais.

Também dar os parabéns à nossa Escola Municipal de Natação Duarte Pires, aos seus professores e atletas, pelos muitos pódios que têm alcançado como campeões regionais, vice-campeões, terceiros lugares, entre muitos outros bons resultados.

Por fim, gostaríamos de dar os parabéns ao atleta Martim Prates por todos os excelentes resultados alcançados, mas principalmente ao consagrar-se campeão nacional nos 800 metros, o que lhe permitiu realizar um sonho e representar Portugal no Campeonato da Europa sub-18, que teve lugar na Eslováquia.

Martim, és um orgulho e um exemplo para todos nós. Obrigado por elevares o nosso Concelho, obrigado por teres levado o nosso Concelho além-fronteiras.

A bancada do Partido Socialista
Mora, 27 de setembro de 2024

Senhora Presidente da Câmara,

Relativamente a três situações financeiras da Câmara Municipal, solicito os devidos esclarecimentos:

1 - A enorme redução do saldo de tesouraria no período entre Setembro de 2023 (4.751.078,48) e Setembro de 2024 (3.118.132,72). Estamos certos que deverá haver motivos que justifiquem a diminuição de 1.632.943,76 euros, mas a grandeza deste número obriga a que sejam prestados esclarecimentos aos membros desta Assembleia.

2 - "To Mora Land" - Quanto custou financeiramente à Autarquia esta iniciativa?

3 - "Expomora 2024" - Uma questão semelhante: Quanto custou à Câmara Municipal esta iniciativa.

Estamos certos, senhora Presidente, que poderá não ter presentes todos estes números neste momento, mas poderá, certamente, facultar estes esclarecimentos detalhadamente a todos os deputados municipais logo que possível. No limite, aguardaremos até à próxima sessão da Assembleia Municipal, que deverá ocorrer dentro de dois meses, aproximadamente.

Obrigado.

Carlos Biléu

Grupo Municipal da CDU/PCP - 27/09/2024

Sessão da AM 27 de Setembro de 2024

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal, meus senhores e minhas senhoras,

Caminhamos a passos largos para o final do mandato.

E quanto mais o tempo passa, mais o PS (ou o renascer que nunca chegou verdadeiramente a nascer) revela, de uma forma clara, a sua falta de estratégia, a sua insuficiência bem como a incapacidade de gerir de forma rigorosa, transparente e financeiramente sustentável os dinheiros públicos, dinheiro de todos nós.

Primeiro começaram por ruir os grandes pilares que sustentavam esta desgovernação do PS, designadamente na área da saúde, no investimento e no turismo.

Ao mesmo tempo, crescia desmesuradamente uma verdadeira máquina de propaganda, de marketing, e de "informação" pouco objectiva, que se limita apenas a fazer eco da "voz do dono". Multiplicaram-se as festas, as comemorações e outros eventos, embora sem qualquer retorno visível no plano económico e social sem que se vislumbre qualquer benefício para a nossa população.

Acresce uma ausência quase total de obras. As poucas, de relevo, que foram inauguradas no actual mandato como a reabilitação da antiga biblioteca ou o parque de caravanas têm a marca da CDU.

Poderíamos ter hoje, não fosse a incompreensível leviandade e teimosia do PS, uma Oficina da Criança em pleno funcionamento. Uma Oficina da Criança bem apetrechada com todas as valências ao serviço das crianças e dos pais. Uma Oficina da Criança localizada num local com estacionamento fácil e seguro ao contrário da actual opção. Fazendo tábua rasa dos interesses das crianças e dos pais, o PS decidiu desbaratar mais de uma centena de milhares de euros como se de dinheiro seu se tratasse.

Entraram para a Câmara dezenas de novos trabalhadores, a maior parte deles simpatizantes ou apoiantes do PS, sem que tal acréscimo de trabalhadores se traduzisse, de forma global, num melhor serviço à população. (Em tempos sugerimos à senhora Presidente, neste mesmo fórum, que tornasse pública a lista de todos os trabalhadores admitidos no decurso do actual mandato. Pois bem, renovamos hoje esse nosso convite).

Esvaziou-se o sector operacional e multiplicaram-se as chefias ao ponto de termos hoje uma quantidade de dirigentes claramente exagerada quer do ponto de vista de uma gestão do pessoal rigorosa e equilibrada, quer do ponto de vista financeiro. E assim se explica o crescimento exponencial da massa salarial, que passou de 3.999M€ em 2023 para 5.522M€ em 2024, cerca de 1,5M€ a mais, o que, a prazo, asfixiará completamente o orçamento, deixando a Câmara sem margem financeira para qualquer tipo de investimento ou até para a execução da pequena obra.

Temos hoje menos obra feita por ajuste directo e um incompreensível aumento do recurso a empreitadas feitas pelo sector privado, como o muro da Casa das associações, uma intervenção em Brotas na EN2, uma intervenção na ETAR (que aliás nada resolveu), outra em Cabeção, etc. Obras que ficam mais caras. Obras que anteriormente eram executadas, e bem, pelos trabalhadores da Câmara, cuja competência em nada fica a dever ao sector privado.

Em vez de uma administração aberta e transparente, a gestão do PS usa e abusa do recurso aos despachos, evitando, deste modo, o legítimo escrutínio dos vereadores da CDU que por diversas vezes têm denunciado este tipo de procedimento que de transparente pouco ou nada tem.

Se a tudo isto acrescentarmos a quantidade de deserções das fileiras do PS/renascer mora que se têm verificado desde o início do mandato sem que sejam dadas explicações claras à população das razões que motivaram tal afastamento, temos razões para ficarmos preocupados com este final de mandato.

Importa por isso que o PS/renascer mora, de forma muito honesta, preste contas à população sobre esta matéria, mas também e sobretudo sobre as grandes apostas prometidas durante a campanha eleitoral

A nossa população está hoje melhor servida em matéria de saúde? Temos hoje mais médicos de família como prometido? Mais consultas nas freguesias?

Temos mais investimento no Concelho? Mais empresas instaladas no Concelho? Mais postos de trabalho? Mais emprego para os jovens?

Pode sempre o executivo municipal argumentar, e bem, que são áreas da competência do poder central. Mas se assim é, por que razão as prometeu o PS/renascer mora à população, sabendo de antemão que não as poderiam cumprir?

O turismo (receita milagre para o desenvolvimento do Concelho, na perspectiva do PS/renascer mora) criou muitos postos de trabalho? Muitos postos de trabalho para os jovens?

A assunção de competências em matéria de saúde, educação e acção social traduziu-se numa melhoria da qualidade vida da nossa população ou simplesmente num sorvedouro de dinheiro para o qual a CDU sempre alertou?

Cumpriu o PS/renascer mora os compromissos assumidos com a CDU em sede de negociação dos Planos de Actividade?

Ao fim de três anos não houve tempo para dar início aos trabalhos de infraestruturização do loteamento municipal em Mora? De concluir a ligação entre a Quinta da Laranjinha e a rua 1.º de Dezembro, em Cabeção?

Questionada sobre o assunto, a senhora presidente da Câmara Municipal, na Sessão da AM do passado dia 30 de Abril, disse, e passo a citar: "O projeto da passagem do Bairro da Laranjinha, está concluído e comprado todo o material, para iniciar as obras muito brevemente".

Contudo, na Sessão do passado dia 27 de Junho, diz uma coisa ligeiramente diferente, e cito novamente: "... a obra do Bairro da Laranjinha é uma obra muito necessária, em que já têm o projecto elaborado, os materiais estão praticamente todos adquiridos, faltando algumas medições para se comprar o restante material e dar início à empreitada..."

Em que ficamos, senhora presidente? Em Abril o material está todo comprado e em Junho os materiais ainda não estão todos adquiridos?

Pode, hoje, senhora Presidente, sem subterfúgios, dizer quando é que as obras estarão finalmente concluídas?

Ainda sobre as propostas da CDU para o Plano de Actividades, disse também, na Sessão da AM do passado dia 30 de Abril, já lá vão portanto 5 meses, e cito novamente: "a intenção do executivo é de concretizar todas as propostas apresentadas pela CDU, antes do final de 2024".

Assim sendo, e dando como verdadeiras as declarações da senhora presidente, qual o ponto da situação relativamente à infraestruturação do novo Loteamento Municipal, (proposta feita em 2021) e sobre o "Estudo geológico sobre as reservas da água potável no Concelho"?

Recordo senhora Presidente o que aqui afirmei, na Sessão do passado dia 27 de Junho: "caso as propostas feitas em 2021, 2022 e 2023 não sejam concretizadas ou não estejam em fase adiantada de execução, a CDU reserva-se o direito de não aprovar nem o Orçamento nem o Plano de Actividades para 2025. O que aliás não seria drama nenhum, na medida em que a Câmara pode sempre funcionar através de duodécimos."

Estando a decisão nas mãos do PS, pode, senhora presidente, garantir perante esta Assembleia que o PS/renascer mora tudo fará para honrar os compromissos assumidos com a CDU?

A responsabilidade pela aprovação ou não dos documentos previsionais é portanto vossa, não da CDU.

Por último, senhora presidente, queira, no mais breve espaço de tempo, habilitar o grupo municipal da CDU com a seguinte informação:

- 1. Lista nominal de todos os trabalhadores (incluindo recibos verdes) em Setembro de 2021 e em Setembro de 2024;**
- 2. Nº alunos inscritos no ano-lectivo 2023/24 e em 2024/25;**

Obrigado!

José Manuel R. Pinto,
Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal
Mora, 27 de Setembro de 2024

Intervenção de Sr. António José
Vitorino

A EDU tem vindo a alertar para o excesso de chefias, em detrimento da parte operacional. Por este andar, qualquer dia passaremos a ter muitos dirigentes, mas sem ninguém para dirigir. Sobre esta matéria, o Mapa de Pessoal, julgo que o Senhor Vereador Hugo Carreiras, em reunião de Câmara do passado dia 25 de Junho, foi muito claro, e passo a citar: "... não irei aceitar mais, o esvaziamento que está a ser feito à parte operacional, cada vez menos trabalhadores nos sectores das vias, da limpeza urbana, e a previsível extinção da construção civil".

Conventualmente Senhora presidente, que a situação é deveras preocupante, e só assim se compreende o recurso excessivo ao sector privado, para execução de trabalhos, que sempre foram assegurados pelos trabalhadores da Câmara, cuja qualidade de execução, em nada fica a dever ao sector privado.